

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.551 - SP (2019/0172571-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : ANSELMO MOREIRA GONZALEZ E OUTRO(S) - SP248433
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CLAUDIA CARDOSO CHAHOUD E OUTRO(S) - SP118250

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MULTA APLICADA PELO PROCON. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. PROPORCIONALIDADE DA PENALIDADE. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, Financeira Itaú CDB S/A opôs Embargos à Execução que lhe move a Fazenda do Estado de São Paulo, que tem por objeto a Certidão da Dívida Ativa 1.095.594.717. O valor executado decorre de multa que lhe fora aplicada, administrativamente, pelo PROCON, sob o fundamento de que o embargante teria violado os arts. 39, III e V, 51, IV e VIII, e 52, II a V, do CDC.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, manteve a sentença de improcedência dos Embargos à Execução, concluindo pela proporcionalidade da multa aplicada, consignando que, "no caso em exame, a aplicação da multa administrativa foi fundamentada no aporte econômico da empresa e na gravidade da infração, chegando-se à pena-base de R\$ 418.480,01 (fls. 365) que, à evidência, mostra-se razoável e compatível com a natureza da atividade exercida pelo autor". Destacou, ainda, que a multa deve possuir caráter educativo ao agente que cometeu a penalidade, a fim de impedir a sua reincidência, resguardando, assim, o direito dos consumidores, indistintamente, para que possam ter livre

Superior Tribunal de Justiça

acesso à central de reclamações; e que "o art. 57 do CDC e a Portaria Normativa Procon nº 45 de 12/05/2015 foram corretamente aplicados pelo agente fiscalizador, permanecendo inalterada a multa aplicada, sendo descabida a redução pretendida pelo autor".

V. O entendimento firmado pelo Tribunal **a quo**, à luz dos fatos e das provas dos autos, no sentido de proporcionalidade da multa aplicada, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

VI. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora